

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE DOUTORES NO BRASIL E NO EXTERIOR: DIFICULDADES E AGENTES FACILITADORES

REFLECTIONS ON THE FORMATION OF PHDS IN BRAZIL AND ABROAD: DIFFICULTIES AND FACILITATING AGENTS

Marcos Oliveira de Novaes¹, Clessiane de Brito Barbosa¹, Alba Benemerita Alves Vilela¹, Sérgio Donha Yarid¹.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB¹

Abstract

Brazil is increasingly investing in the scenario of stricto sensu postgraduate studies and in the training of physicians across borders, opening paths for internationalization based on the mobility of researchers. Therefore, the objective of this study is to present and discuss the particularities of the training of non-Brazilian and non-Brazilian physicians, with an emphasis on international mobility, highlighting difficulties and agents that facilitate this process. This is a reflective theoretical essay that encompasses the considerations of two authors on the subject, corroborated with theoretical elucidations identified in the literature. To discuss the topic, two thematic groups were created: "Aspects of medical training in Brazil" and "International mobility and medical training outside Brazil". From the reflections raised, some relevant and challenging issues arise for the scientific development of the country, requiring a joint effort to achieve medical training that is more aligned with social and scientific demands, as well as to enhance international collaboration.

Keywords: Education, Graduate; Health Postgraduate Programs; International Cooperation; International Educational Exchange.

Resumo

O Brasil tem investido cada vez mais no cenário das pós-graduações stricto sensu e a formação de doutores atravessa fronteiras abrindo caminhos para a internacionalização a partir da mobilidade de pesquisadores. Diante disso, objetiva-se com esse estudo apresentar e discutir as particularidades da formação de doutores no Brasil e no exterior, com destaque para a mobilidade internacional, ressaltando dificuldades e agentes facilitadores destes processos. Trata-se de um ensaio teórico reflexivo que engloba as considerações dos autores sobre o tema, corroboradas com elucidações teóricas identificadas na literatura. Para discussão da temática foram construídos dois eixos temáticos: "Aspectos da formação de doutores no Brasil" e "Mobilidade internacional e formação de doutores no exterior". Diante das reflexões levantadas nota-se questões relevantes e desafiadoras para o desenvolvimento científico do país, sendo necessário um esforço conjunto para se alcançar uma formação de doutores mais alinhada com as demandas sociais e científicas, bem como potencializar a colaboração internacional.

Palavras-chave: Educação de Pós-Graduação; Programas de Pós-Graduação em Saúde; Cooperação Internacional; Intercâmbio Educacional Internacional.

Introdução

A educação é um bem imensurável para qualquer nação. Quanto maior o investimento em desenvolvimento técnico-científico, mais saudável e competitivo será o país. Historicamente o Brasil tem investido – ainda que não satisfatoriamente – em políticas públicas educacionais que vão desde a educação básica à pós-graduação *stricto sensu*, essa última responsável pela formação de 110.604 doutores entre os anos de 2016 a 2020¹.

A formação de doutores ultrapassa fronteiras e cada vez mais vem sendo frequente a internacionalização a partir da mobilidade de pesquisadores. A importância de tal ação vem sendo ressaltada por pesquisadores que consideram pequena a participação do Brasil nesse processo de internacionalizar a ciência, além de afirmarem que o país produz apenas para ele próprio e, desta maneira, acaba não tendo tanta visibilidade no cenário global^{1,2,3,4,5}.

Com o número expressivo de doutores formados ano a ano e a necessidade de internacionalização, o país pode ganhar com a expansão do conhecimento científico, formação de mão de obra qualificada, fortalecimento da economia e diminuição das desigualdades sociais. Contudo, apenas fornecer a formação, seja aqui ou em outro país, não garante os bons resultados, uma vez que, a complexidade que envolve a formação de um doutor brasileiro precisa ser realçada, demonstrando suas especificidades e este é o intuito deste artigo.

Desta forma, este estudo tem por objetivo apresentar e discutir as particularidades da formação de doutores no Brasil e no exterior, com destaque para a mobilidade internacional e colaboração científica com outros países, a fim de promover um debate teórico-reflexivo, problematizando

a preparação desses discentes, avaliação dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como os agentes facilitadores.

Metodologia

Trata-se de um ensaio teórico reflexivo, fruto de uma discussão acerca da formação de doutores proposta em um componente curricular do doutorado em Enfermagem e Saúde. Este estudo apresenta reflexões sobre as particularidades da formação de doutores no Brasil e no exterior. Por se tratar de um artigo reflexivo, não houve seleção sistematizada com critérios específicos para a revisão da literatura e buscas do material bibliográfico.

Os referenciais teóricos utilizados no presente ensaio foram selecionados pelos próprios autores levando em consideração a abordagem de interesse. Deste modo, as reflexões aqui explanadas englobam as considerações dos autores sobre o tema, corroboradas com elucidações teóricas identificadas na literatura consultada. A discussão dos dados foi organizada em eixos temáticos reflexivos, a saber: “Aspectos da formação de doutores no Brasil” e “Mobilidade internacional e formação de doutores no exterior”.

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DE DOUTORES NO BRASIL.

No Brasil, em geral, para adentrar em um doutorado, o candidato precisa ter finalizado o mestrado em uma área correlata, exceto em casos de programas interdisciplinares onde há uma maior abertura para pesquisadores com outras formações. O processo de admissão varia entre os programas, a proficiência em outras línguas – inglês, espanhol e/ou francês – é exigida e, caso seja aprovado, um(a)

orientador(a) é designado(a) para acompanhar o discente durante a sua trajetória acadêmica⁶. A maioria dos programas de doutorado são acadêmicos, voltados para a produção científica e a formação docente, sendo instituído apenas em 2017 o doutorado profissional⁷.

Para obtenção do título de doutor, geralmente o discente precisa ter cumprido os créditos mínimos exigidos, ter sido aprovado no exame de qualificação – que é uma sustentação oral de parte do trabalho – e posteriormente deve defender sua tese para uma banca composta por professores doutores com expertise na área correspondente.

Os programas de pós-graduação (PPGs) *stricto sensu* são responsáveis pela formação de doutores no Brasil, formando profissionais altamente qualificados e contribuindo para o desenvolvimento científico, social e econômico do país. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criada em 1951, é quem regula e avalia os programas, assegurando as diretrizes operacionais, técnicas e a qualidade dos PPGs⁸.

É importante ressaltar que as avaliações dos PPGs realizada pela CAPES é alvo de críticas, sendo que a principal delas diz respeito aos métodos de avaliação, que, na maioria das vezes, se limita às questões puramente acadêmicas, como o foco na quantidade de produção científica, sendo considerada como um dos principais critérios para a avaliação positiva dos programas. Contudo, muita das vezes, aspectos relevantes são relegados, como a interdisciplinaridade, o impacto social das produções, bem como a qualidade dos produtos e da própria formação do discente⁹.

Medeiros e Leta⁸ fazem algumas colocações acerca dos currículos dos PPGs. As autoras elegem como pontos negativos: a fragmentação do currículo

e desconexão com os problemas sociais, alta cobrança por publicações científicas, redução da carga horária das disciplinas, ausência de formação crítica-reflexiva e criativa e produção inacessível à sociedade. Ora, a produção científica precisa ter como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida das populações e, para tanto, a avaliação feita pela CAPES e os currículos dos programas necessitam ter esse olhar voltado para a qualidade da formação e dos seus resultados para a sociedade.

Atualmente há um grande número de pesquisas de doutorado sendo desenvolvidas no Brasil por diferentes profissionais. O aumento da criação de novos PPGs, por meio das políticas públicas voltadas para formação profissional, tem promovido transformações significativas na sociedade. As agências de fomento à pesquisa como a CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) são exemplos de órgãos financiadores que dão suporte aos pesquisadores e centros de pesquisa.

A crescente do número de doutores no país é um indicativo positivo, contudo, o quantitativo de doutores com emprego formal em 2017 foi de 72,3%, o que chama atenção para os demais 27,7%, que se encontravam desempregados ou sem emprego formal. Outro dado relevante refere-se à classificação da atividade desenvolvida pelos doutores no ano de 2017, na qual 88,1% encontravam-se empregados na educação superior¹⁰.

Logo, podemos afirmar que o Brasil forma doutores, para formar outros doutores, e isto pode ser problemático, pois, as universidades não conseguem absorver todos esses profissionais. Só em 2019, foram concedidos 24.422 títulos de doutores no país⁷. Posto isso, é preciso repensar a formação dos doutores brasileiros, tendo em vista a

insuficiência de vagas em universidades públicas e privadas para captar esses profissionais.

No ano de 2020, 118.353 doutores desempenhavam a função docente do ensino superior em universidades públicas e 59.576 atuavam em instituições privadas¹¹. Estes dados demonstram o quanto à docência do ensino superior é o principal campo de atuação dos doutores no Brasil, cenário que pode começar a se alterar a partir dos próximos anos, levando em consideração a criação do doutorado profissional em 2017.

Desta forma, é necessário repensar a formação de doutores no Brasil, a começar pela constituição e avaliação dos PPGs. A interdisciplinaridade dos programas precisa ter cada vez mais incentivos por parte da CAPES, tendo em vista a importância da construção plural do conhecimento, bem como as trocas de experiências entre profissionais de diversas áreas. Outra problemática que precisa ser solucionada é a inserção desses profissionais no mercado de trabalho, mas não só para as academias, haja vista o déficit de vagas para os novos doutores.

Para além destes aspectos anteriormente mencionados, cabe ainda ressaltar o cenário político nacional vivenciado no período de 2017 a 2022, o qual impactou negativamente a educação no país, especialmente a pós-graduação. Destaca-se aqui o entrave nas verbas destinadas às universidades, a restrição de bolsas destinadas à pesquisa, a extinção do programa “Idioma sem Fronteiras”, tentativas de privatização das instituições federais, revisão de critérios de distribuição de bolsas de pesquisa, retirada abrupta de investimento em pesquisas de Mestrado e Doutorado, escassez de concursos públicos para docentes e a saída quase que “forçada” de pesquisadores do país em busca de melhores condições de trabalho¹².

A desestruturação da educação superior pública federal teve como foco principal a redução dos recursos orçamentários que afetaram as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), além de cortes financeiros nas agências responsáveis pelo apoio à formação acadêmica e à pesquisa, como a CAPES e o CNPQ¹³.

No início de 2019, o Ministério da Educação (MEC), por meio do Decreto 9.741 de 24 de março, anunciou um corte de 30% no orçamento destinado ao custeio e investimento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Isso resultou em uma redução de 29,74% (equivalente a R\$ 2,08 bilhões) no orçamento discricionário, um corte de 26,9% (R\$ 1,68 bilhões) no orçamento de custeio e uma diminuição de 53,83% (R\$ 734,35 milhões) nos investimentos¹⁴.

Este conjunto de ações, fruto de medidas políticas neoliberais, marcam o retrocesso vivenciado no período mencionado, o que configura não só um esfacelamento da educação nacional, mas um ataque à democracia. Logo, falar sobre a formação de doutores inevitavelmente converge para a pauta política, visto que a ciência e pesquisa no Brasil seguem às margens das agendas políticas, configurando mais um desafio para a formação de doutores no país.

MOBILIDADE INTERNACIONAL E FORMAÇÃO DE DOUTORES NO EXTERIOR

No cenário mundial do pós-guerra e vigente Guerra Fria, um movimento de migração da produção de conhecimento científico e tecnológico se intensificou em uma relação centro-periférica, o qual foi marcado pela transferência de mão de obra e profissionais qualificados dos países subdesenvolvidos para os desenvolvidos em uma dinâmica de êxodo permanente de cérebros, conhecido também como *Brian Drain*¹⁵.

Este movimento inicialmente levantou variados questionamentos quanto à perda dessa mão de obra qualificada e seus impactos negativos para os países menos desenvolvidos. Entretanto, com o amadurecimento das observações sobre o fenômeno, os indícios dos benefícios da migração internacional foram constatados pelo fortalecimento das relações internacionais, aperfeiçoamento dos sistemas educacionais, cooperação científica internacional e o retorno expressivamente positivo para os países de origem¹⁶.

Neste contexto da mobilidade internacional, atualmente observa-se uma tendência ascendente de tal expansão de horizontes no meio científico. É notória a necessidade de ampliação de conhecimentos diante da intensa velocidade do desenvolvimento científico proporcionado pela globalização e pelo aperfeiçoamento dos recursos tecnológicos, especialmente no que concerne à formação e atuação de pesquisadores das mais diversas áreas.

Os fatores que levam à migração de estudantes para outros países partem desde aspirações pessoais sobre a carreira, déficits na formação dentro das instituições de ensino superior no país de origem, atrativos oferecidos por instituições do exterior e políticas governamentais de incentivo à mobilidade internacional¹⁷.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), há uma necessidade crescente de imigrantes altamente qualificados para áreas científicas e tecnológicas em todo o mundo. Assim, a mobilidade internacional de recursos humanos impulsiona o desenvolvimento científico global, promovendo o acesso a oportunidades de construção de carreira no exterior, melhora na empregabilidade, aperfeiçoamento das

competências linguísticas e possibilidade de migração permanente para outros países¹⁸.

No Brasil, a construção da base científica nacional se deu a partir da migração para formação no exterior de mestres e doutores com compromisso de regresso, visando ampliar e consolidar a instituição científica no país. Algumas estratégias contribuíram para este processo como a concessão de bolsas, a manutenção do emprego na instituição ao qual o pesquisador estava vinculado no país de origem, a determinação do retorno imediato após a conclusão da formação, além de acordos internacionais que impediam a concessão de visto de permanência para bolsistas, após obtenção do título¹⁹.

Entretanto, após este intenso movimento de formação de pesquisadores no exterior e subsequente consolidação dos programas de pós-graduação nacionais, a produção científica no Brasil aumentou consideravelmente e a mão de obra qualificada passou a ser formada essencialmente dentro das próprias fronteiras do país¹⁶. Com isso, atualmente observa-se uma queda na mobilidade de pesquisadores brasileiros para o exterior, cenário reforçado pela pandemia da Covid-19, mas que já apresentava expressiva redução no decorrer dos anos.

A este respeito, constata-se que o Brasil tem enviado cada vez menos estudantes para doutoramento no exterior. Dados da plataforma do Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES (GEOCAPES) apontam que no ano de 2021 haviam apenas 1.646 bolsistas brasileiros cursando Doutorado Sanduíche no exterior, e esse número é ainda menor para o Doutorado Pleno, somente 186 pesquisadores alocados em programas de instituições internacionais²⁰.

Tal evidência torna-se preocupante pois trata-se de um nível de autossuficiência que pode

limitar o desenvolvimento e colaboração científica com outros países, somado a isso destaca-se o fato de que o Brasil não constitui um pólo de grande captação de pesquisadores estrangeiros em formação. Segundo a OCDE, no ano de 2020 a porcentagem de estudantes estrangeiros matriculados em programas de doutorado no Brasil era de apenas 0,1%, uma das menores entre os países pertencentes à organização²⁰.

Diante destes aspectos, cabe ressaltar que isso pode acarretar consequências indesejáveis para o país a médio e longo prazo. O impacto negativo deste isolamento pode ser observado no reduzido engajamento de pesquisadores brasileiros em instituições internacionais, o que acaba por refletir diretamente na difusão dos resultados de pesquisas e na visibilidade e relevância internacional da produção científica brasileira¹⁶.

A manutenção dessa tendência tende a afetar as perspectivas de internacionalização da produção científica brasileira. Portanto, faz-se necessário que os gestores e tomadores de decisão no âmbito da política científica nacional, bem como a sociedade em geral, repensem o modelo atual de formação de pesquisadores no país, traçando medidas de reinserção internacional e incentivos que promovam maior adesão de pesquisadores à mobilidade e colaboração internacional.

Conclusão

As reflexões sobre a formação de doutores no Brasil e no exterior, desenvolvidas no presente estudo, revelaram algumas questões relevantes e desafiadoras para o desenvolvimento acadêmico e científico do país. No cenário brasileiro, a expansão do número de doutores tem sido uma conquista positiva, impulsionada pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*, sob a supervisão da CAPES.

No entanto, a concentração significativa de doutores no ensino superior e a escassez de oportunidades em outras áreas demandam uma revisão na formação desses profissionais. É essencial que os PPGs busquem aprimorar a interdisciplinaridade e valorizar o impacto social das pesquisas, além de desenvolver currículos mais críticos e reflexivos, de modo a formar doutores mais capacitados e alinhados com as necessidades da sociedade.

No contexto internacional, a mobilidade de pesquisadores tem sido um fator crucial para o desenvolvimento científico global, com efeitos benéficos tanto para os países de origem quanto para os países de destino. No entanto, o Brasil apresenta uma queda preocupante no envio de estudantes para doutoramentos no exterior, o que pode limitar sua colaboração científica com outros países e afetar sua visibilidade internacional. Diante disso, é fundamental que as políticas científicas nacionais incentivem a mobilidade e a colaboração internacional, promovendo o engajamento de pesquisadores brasileiros em instituições estrangeiras e a atração de estudantes estrangeiros para programas de doutorado no Brasil.

Para alcançar uma formação de doutores mais alinhada com as demandas sociais e científicas, bem como potencializar a colaboração internacional, é necessário um esforço conjunto de instituições de ensino, agências de fomento, governantes e a própria comunidade acadêmica. Investir na interdisciplinaridade, incentivar a mobilidade internacional, criar programas de doutorado profissional que atendam às necessidades do mercado de trabalho e repensar as avaliações dos PPGs são algumas das medidas que podem contribuir para uma formação mais completa e diversificada de doutores no Brasil. Essas ações visam fortalecer o papel dos doutores na construção de um país mais

inovador, desenvolvido e conectado globalmente, capaz de enfrentar os desafios e oportunidades atuais.

Referências

1. BRASIL. CAPES. GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas. Distribuição de discentes de pós-graduação no Brasil, 2016-2020. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

2. BALBACHEVSKY, E.; MARQUES, F. "Fuga de cerebros" en Brasil: los costos públicos del errado entendimiento de una realidad académica. In: AUPETIT, Sylvie D.; GÉRARD, Etienne. (Eds.). Fuga de cerebros, movilidad académica, redes científicas: perspectivas latinoamericanas. México, p. 161-173, 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001864/186433s.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

3. SCHWARTZMAN, S. Nacionalismo versus internacionalismo en las políticas de formación de recursos humanos de alto nivel. In: AUPETIT, S. D.; GÉRARD, E. (Eds.). Fuga de cerebros, movilidad académica, redes científicas: perspectivas latinoamericanas. México, D.F.: CINVESTAV, p. 63-73, 2009.

4. VELLOSO, J. (Org.) Formação no país ou no exterior? Doutores na pós-graduação de excelência. Um estudo na bioquímica, engenharia elétrica, física e química no país. Brasília: CAPES, 2002.

5. VELHO, L. Formação de doutores no país e no exterior: estratégias alternativas ou complementares? Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 607-631, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/4qHWFgtyM4CtB3jvRBTD9qK/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2023.

6. GOMES, A. S. A.; ALMEIDA, A. C. P. C. de. Peculiaridades históricas, panorama atual e desafios na formação de professores doutores. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. 2, p. 578-596, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15i2.12872. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12872>. Acesso em: 6 jul. 2023.

7. BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 389, de 23 de março de 2017: Dispõe sobre o mestrado e

doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/24032017-portaria-no-389-de-23-de-marco-de-2017-pdf>. Acesso em: 8 jul. 2023.

8. MEDEIROS, L. C.; LETA, J.. Formação de mestres e doutores no Brasil: uma análise do currículo das pós-graduações em Ciências Biológicas. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 25, n. 2, p. 375-394, maio 2020. <https://www.scielo.br/j/aval/a/YszVkhssxsJX6QwjpfY8rcQ/?lang=pt#>.

9. BARATA, R. B. Mudanças necessárias na avaliação da pós-graduação brasileira. Interface: comunicação, saúde, educação, Botucatu, v. 23, p. 1-6, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832019000100101&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jul. 2023.

10. CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. Brasil: Mestres e doutores 2019. Brasília, DF: CGEE, 2021. Disponível em: <https://mestresdoutores2019.cgee.org.br>. Acesso em: 20 jul. 2023.

11. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

12. RAMALHETE, M.P. Galeria de perdas: a educação brasileira após o golpe (2016-2022). Práxis Educativa, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.21380.043>. Acesso em: 19 ago. 2023.

13. ARAÚJO, M. A. D. de.; MACEDO, M. N. O desmonte da educação superior no governo Bolsonaro. IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/SP, 5 a 7 de outubro de 2022. Sociedade Brasileira de Administração Pública. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/358>. Acesso em: 26 set. 2024.

14. ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRN. Carta aberta à Sociedade Potiguar: os impactos dos cortes nas IFES para a economia do RN. 2019. Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-sindicatos->

[federados/carta-aberta-a-sociedade-potiguaros-impactos-dos-cortes-nas-ifes-para-aeconomia-do-rn/](#). Acesso: 15 jun. 2022.

15. GUIMARÃES, R. A diáspora: um estudo exploratório sobre o deslocamento geográfico de pesquisadores brasileiros na década de 90. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, pp.705-750, 2002.

16. RAMOS, M.Y. Formação de doutores no país e no exterior: impactos na internacionalização da ciência brasileira. 2014. Tese [doutorado]. Instituto De Geociências, Universidade Estadual De Campinas, 2014.

17. BHANDARI, R.; ROBLES, C.; FARRUGIA, C. International higher education: shifting mobilities, policy challenges, and new initiatives. UNESCO, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000266078>. Acesso em: 20 jul. 2023.

18. OECD. Organization for Economic Cooperation and Development. What is the profile of internationally mobile students? OCDE iLibrary, 2023. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/sites/3197152b-en/1/3/3/6/index.html?itemId=/content/publication/3197152b-en&_csp_=7702d7a2844b0c49180e6b095bf85459&itemIGO=oecd&itemContentType=book. Acesso em: 20 jul. 2023.

19. BALBACHEVSKY, E.; MARQUES, F. “Fuga de cerebros” en Brasil: los costos públicos del errado entendimiento de una realidad académica. In: AUPETIT, S. D.; GÉRARD, E. (Eds.). Fuga de cerebros, movilidad académica, redes científicas: perspectivas latinoamericanas. México, D.F.: CINVESTAV, p. 161-173, 2009.

20. GEOCAPES. Sistema de Informações Georreferenciadas CAPES. Distribuição de Bolsistas CAPES no exterior – 2021, 2023. Disponível em <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 05 mai. 2023.

Marcos Oliveira de Novaes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Endereço: Avenida Artur Moraes, nº 486, CEP: 45208-363, Jequiezinho

Jequié-BA.

e-mail: marcospsi03@hotmail.com

Recebido em 11/06/2024

Aprovado em 30/10/2021

Publicado em 18/12/2024